

**Sr. Subsecretário-Adjunto,**

Trata-se o presente administrativo de contratação direta da empresa **ORATÓRIA ROGERIA GUIDA LTDA. (CNPJ 03.353.699/0001-61)**, mediante inexigibilidade de licitação, para ministrar o “**CURSO DE ORATÓRIA**”, com previsão de 3 (três) turmas com carga de 24 horas/aula, visando o aprimoramento total estimado de 240 (duzentos e quarenta) servidores da **Secretaria-Geral da Presidência (SGPres)**, da **Secretaria-Geral de Administração (SGA)** e da **Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE)** deste **Tribunal de Contas**, levando em consideração a demanda verificada no levantamento prévio realizado por meio da SIE nº SGE 0159/2024 (peça eletrônica nº 02).

O curso será realizado nas dependências da Escola de Contas e Gestão – ECG/TCE-RJ, com cronograma de datas estabelecidos para os dias 25, 26 e 27 de novembro; 03, 04 e 05 de dezembro; e 16, 17 e 18 de dezembro de 2024.

O administrativo foi encaminhado ao Conselheiro Márcio Henrique Cruz Pacheco, Presidente do Conselho Superior da Escola de Contas e Gestão – CSE do TCE-RJ que, considerando estar demonstrada a necessidade da contratação em tela, bem como presentes os pressupostos que caracterizam a inviabilidade de competição, tendo a ECG acostado aos autos a Proposta do Curso (peça nº 04), a Declaração de Exclusividade (peça nº 06), a Justificativa da dispensa de elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP (peça nº 07), o Termo de Referência – TR (peça nº 08) e a Nota Fiscal de serviços prestados a outras instituições (peça nº 05), remeteu o processo ao Gabinete da Presidência para as providências necessárias.

**O prosseguimento do feito foi autorizado, em 24.09.24, pelo Exmo. Presidente do TCE-RJ conforme peça nº 13.**

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, a CLC, em sua instrução datada de 17.10.24, considerou que:

✓ O embasamento da contatação pretendida pela Administração encontra-se fundamentado nos arts. 72<sup>1</sup> e no inciso III, alínea “f” do art. 74<sup>2</sup>, ambos da Lei nº 14.133/21;

✓ As razões de escolha do contratado foram traduzidas no Termo de Referência (TR) elaborado pela ECG, juntando aos autos o portfólio da empresa (peças nºs. 8 e 3, respectivamente);

✓ Quanto à justificativa do preço da contratação a empresa apresentou outras notas fiscais relativas a execução de serviços de mesma natureza, no período previsto no §1º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021<sup>3</sup> (peça nº 18), em que fica demonstrada a compatibilidade/vantajosidade do preço a ser pactuado neste ajuste;

---

<sup>1</sup> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

**VI - razão da escolha do contratado;**

**VII - justificativa de preço;**

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.” (negritou-se)

<sup>2</sup> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

<sup>3</sup> Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo. (grifamos)

*“Registra que a análise comparativa que é realizada para a aferição de preços praticados pela empresa a ser contratada em sua atuação no mercado possibilita, na verdade, para qualquer objeto que se pretende contratar, apenas a percepção de uma tendência de comportamento desses preços, sem a pretensão de se obter um mesmo preço praticado independentemente do projeto que se pretenda implementar, ou da carga horária do treinamento, já que essa análise esbarra em uma série de fatores que podem impactar a correta percepção do que se chama valor de mercado.*

*No caso em comento, existem, de fato, inúmeras variáveis que participam da formação do preço de um programa de capacitação, o que inviabiliza, de certa forma, o comparativo com os custos diretos, indiretos e operacionais envolvidos em outras contratações já firmadas pela empresa para a ministração de curso com a mesma temática, mas com escopo e cargas horárias distintos, razão pela qual o valor do curso por participante, parece, s.m.j., ser a métrica viável e a mais plausível para se tentar justificar o preço que está sendo proposto para este ajuste.”*

✓ A **Instituição possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peça nº. 17), devendo as certidões serem revalidadas em momento anterior à celebração do instrumento contratual;

✓ Foi confeccionada a Proposta-Detalhe nº 052/2024 e a minutado Contrato (peças nºs. 19 e 20, respectivamente), submetida à apreciação da empresa encontrando-se devidamente aprovada pela empresa a ser contratada;

✓ O TCE-RJ efetuará o pagamento em 3 (três) parcelas com valores globais variados, considerando-se o número de alunos inscritos em cada turma, que terão, no mínimo, 50 (cinquenta) alunos e no máximo 80 (oitenta) alunos (observados os preços unitários por aluno e os critérios estabelecidos no quadro que integra o caput da Cláusula Primeira), após a conclusão do curso em cada turma, contra a apresentação dos relatórios descrevendo as atividades realizadas em cada curso ministrado.

Em seguida, após autorizado o bloqueio orçamentário realizado pela CPG através da Nota de Patrimônio nº 2024NP00226 (peça nº 22) e da Nota de Reserva nº 2024NR00043 (peça nº 23), o processo foi enviado à **d. Procuradoria do Tribunal** que ao efetuar a análise dos aspectos jurídicos envolvidos, **emitiu parecer favorável** com o seguinte teor:

*“Preliminarmente, sublinho que **a contratação pretendida encontra amparo no art. 74, III, alínea “f” da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador selecionado** (peças 3, 4 e 8).*

*Em relação aos profissionais escolhidos para a realização da capacitação, a unidade demandante destaca (peça 8):*

*“[...]3.3 No que concerne à notoriedade da professora e instrutora **Rogéria Guida**, para fins de atendimento ao citado dispositivo legal, trata-se de uma das principais autoridades do país no âmbito da comunicação profissional e da negociação corporativa, tendo milhares de pessoas impactadas e transformadas com seus treinamentos, cursos e palestras. Fonoaudióloga, Psicomotricista, Especialista em Voz. Professora Universitária de Técnica Vocal do IBMR, da Puc-Rio e da FACHA, nos cursos de Jornalismo, Comunicação e Fonoaudiologia. Professora de pós-graduação em voz. Diretora Presidente da Oratória Rogéria Guida (Inscrição Profissional: CFFA 1079). Possui Método Próprio: Reconhecimento do Sujeito-Unidade em Movimento. Pertence ao Centro de Estudo e Pesquisa do Homem: A Psicologia dentro da Possível Evolução do Homem – George Ivanovich Gurdjieff, com experiência de 12 anos na Instituição. Pesquisadora há mais de 45 anos do Centro de Investigação Orgonômica Wilhelm Reich. Possui três anos e meio de formação Reichiana. Já no que diz respeito à notoriedade do professor e instrutor **Stefano Guida**, possui graduação em Fonoaudiologia pelo IBMR – Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação. Professor de Oratória. Certificação em Programação Neurolinguística – PNL. Há mais de 25 anos atua no setor de comunicação com o Método Reconhecimento do Sujeito*

**Unidade de Movimento. Ministra treinamentos para pessoas e empresas de vários estados e países.** Sócio e CEO da empresa Oratória Rogéria Guida.

**3.4 Os referidos instrutores já prestaram serviço para diversas empresas,** como por exemplo, Procuradoria Geral da República; Procuradoria da Fazenda Nacional; Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal de Contas do Estado do Piauí; Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro – AMPERJ; Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro – AMAERJ; CAARJ - Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Escola da Magistratura do Rio de Janeiro – EMERJ; Escola da Magistratura do Trabalho – EMATRA; Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – FESUDEPERJ; Fundação Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro – FEMPERJ; Gabinete Civil do Estado do Rio de Janeiro; Ordem Dos Advogados do Brasil – OAB; BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Fundação Getúlio Vargas; Secretaria de Educação do Rio de Janeiro; Anac - Agência Nacional de Aviação Civil; Marinha do Brasil; Ministério da Fazenda, Eletrobras Termonuclear S.A.; Eletronuclear; Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Furnas Centrais Elétricas S.A.; Light - Serviços de Eletricidade S.A.; Petrobras Distribuidora S.A.; Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., dentre outras empresas.

**3.5 Resta demonstrada, portanto, a notória especialização e qualidade técnica dos professores e instrutores, decorrente de suas formações acadêmicas e experiências profissionais, que permitem inferir que os seus trabalhos são essenciais e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto contratual.”**

**No que tange ao preço ofertado, este parece estar justificado pelas notas fiscais apresentadas (peças 5 e 18), bem como pela manifestação da CLC (peça 21).**

*Por fim, em relação aos **requisitos de habilitação**, sublinho que foram juntados aos autos diversos documentos e certidões (peça 17), devendo a Administração, contudo, atentar-se para o efetivo atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.*

*Por todo o exposto, e uma vez feita a análise prévia a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14133/2021, nada oponho à contratação direta em questão.” (grifamos)*

Pois bem.

De fato nota-se que a presente contratação direta encontra amparo na alínea “f” do inciso III e § 3º do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.

Com efeito, vislumbramos não haver óbice à contratação direta em questão, vez que consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço praticado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntados os documentos e certidões, devendo, a unidade gestora, atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.

À vista do exposto, considerando o informado pela CLC na peça nº. 21, **opina-se** pela autorização da contratação direta, nos termos do inciso VIII do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021 com o consequente envio **(i)** à CPG para emissão de empenho em favor da Instituição; **(ii)** e à CLC para formalização do contrato de peça nº 20 e demais medidas necessárias.

SUBLIC, na data da assinatura digital

**Alexandre Tenorio Rocha**  
Assessor  
Matrícula 02/3839



**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária  
– CPG,**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f” e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, encaminho os autos a essa r. Coordenadoria, para a emissão de notas de empenho, à conta do exercício financeiro em curso, **com a celeridade a que o caso requer**, do seguinte fornecedor e respectivo valor:

Fornecedor	CNPJ	Preço Global R\$
ORATÓRIA ROGERIA GUIDA LTDA.	03.353.699/0001-61	240.000,00

Posteriormente, solicitamos o envio à **CLC**, para a formalização do contrato de peça nº 20, **recomendando que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação**, e demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade das Notas de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da emissão das referidas notas de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

SUBLIC, na data da assinatura digital

**Luiz Carlos de Jesus Silva**  
**SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO**  
**Matrícula 02/4265**